

Escolas do Campo: um olhar para as práticas educativas, na região sudeste do Estado do Tocantins, Brasil

NOECI CARVALHO MESSIAS

> Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil. noeci@uft.edu.br

ÉLIDA LOPES MIRANDA

> Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil. elida.miranda@ufv.br

Universidad de Valparaíso

Facultad de Arquitectura

Revista Márgenes

Espacio Arte Sociedad

Escolas do Campo: um olhar para as práticas educativas, na região sudeste do Estado do Tocantins, Brasil

Septiembre 2016 Vol. 13 N° 18

Páginas 41 a 46

ISSN elec. 0719-4463

ISSN imp. 0718-4034

Recepción: enero 2016

Aceptación: abril 2016

RESUMO

O Movimento Nacional da Educação do Campo, no Estado do Tocantins, Brasil, se expressa pelo conjunto de ações viabilizadas em experiências educativas com os povos do campo que lutam pelos seus territórios educativos e pelo direito a educação. Os povos quilombolas que lutam pelo reconhecimento dos seus territórios; os povos indígenas que reivindicam o respeito e o direito a diversidade étnica; os assentados na luta pela reforma agrária; os sertanejos lutam pelos seus modos de produção de vida e trabalho e resistem no campo contra as ameaças do agronegócio, entre tantos outros povos com suas bandeiras de lutas e saberes diversos. Entende-se que a escola do campo precisa privilegiar os saberes construídos em cada comunidade, mas precisa também ter como foco os saberes necessários a uma cidadania planetária, os saberes que preparam para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena do ser humano, garantindo-lhe o direito de se constituir cidadão que deseja continuar no campo ou não. A pesquisa emerge neste contexto, com objetivo de analisar as práticas educativas do campo. Este estudo compreende as múltiplas significações das experiências vividas, compondo um amplo leque de interpretações individuais possíveis das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE

educação do campo, escolas do campo e práticas pedagógicas

Rural schools: a look at the educational practices in the Southeast State of Tocantins, Brazil

ABSTRACT

The Rural National Education Movement, in the State of Tocantins, Brazil, is expressed by the set of actions delivered in educational experiences with the people that fight for their educational territories and for their right to education like the Quilombola people that fight for the recognition of their territories; indigenous people claiming the respect and the right to ethnic diversity; the settlers in the struggle for agrarian reform; the Bushmen who fight for their way of production and life and resist against the threats of agribusiness, among many other people with their several struggles and knowledge. It is understood that rural school needs to focus on the knowledge constructed by each community, but must also have the necessary knowledge to a planetary citizenship, knowledge that prepare for the production and the work, to the emancipation, for Justice, for the full realization of the human being, ensuring the right to decide rural or urban life. The objective of the present research is the analysis of the rural teaching practices; it collects the various meanings of the living experiences, gathering a wide range of possible individual interpretations of the social relations.

KEYWORDS

rural education, rural schools and pedagogical practices

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas no Brasil preponderou no meio rural a concepção de educação rural. Estudos realizados por Arroyo (2007), Munarim (2006) evidenciam que o campo sempre foi visto como lugar de atraso e, por conseguinte, a educação escolar ofertada aos povos que trabalham e residem no meio rural brasileiro não foi vista como prioritária. A educação rural foi marcada pela ausência de políticas públicas que assegurassem direitos sociais e que atendessem as necessidades de homens, mulheres, jovens e crianças que vivem e trabalham no campo.

Nessa concepção de educação os saberes e fazeres, as formas de organização social, política e cultural dos povos do campo receberam um tratamento desprezível, não sendo valorizadas. Todavia, o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo nas suas diversas bandeiras de lutas fez emergir outro paradigma de educação, de escola e de projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Os anos finais de 1990 foram marcados por mobilizações em prol de uma educação básica do campo, com o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais organizados do campo que reivindicam políticas públicas para a Educação do Campo que supere o processo histórico de discriminação, fortalecendo e valorizando as práticas identitárias dos povos do campo. A luta do movimento Nacional da Educação do Campo concebe a educação básica do campo,

voltada ao interesse do campo, voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, (conforme os artigos 206 e 216 da nossa Constituição) (Kolling; Nery; Molina 1999:28-29).

Neste sentido, nas últimas duas décadas, a Educação do Campo conquistou espaço nas discussões acadêmicas, em função do cenário sociopolítico e das lutas e reivindicações históricas dos movimentos sociais e sindicais do campo, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o que fomentou a realização, dos primeiros Encontros Nacionais de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERAs), os quais se configuraram como celeiro de novas experiências que refletiam a realidade da educação no meio rural, inclusive o surgimento da terminologia *Educação do Campo* (Molina; 2006; Arroyo, Caldart e Molina, 2004; Nascimento, 2002; Souza, 2006).

Compartilhamos com Soares (2002), que o sentido de campo é mais amplo que o perímetro não-urbano, ele congrega um espectro de possibilidades que dinamizam as relações e ligações entre os seres humanos com a própria produção das condições de existência social com as realizações da sociedade humana. O conceito de Educação do Campo surgiu como denúncia e como mobilização organizada contra a situação histórica do meio rural e da educação rural: miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo; desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais, escolares. Sob esse aspecto, o movimento nacional *por uma educação do campo*, compreende o espaço/tempo onde vivem os camponeses como:

... lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua

identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindústria, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação (Fernandes, 2004:137).

Uma das mais marcantes características do movimento nacional por uma Educação do Campo: sua indissociabilidade do debate sobre os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira, e o papel do campo nos diferentes modelos. A especificidade mais forte, em relação a outros diálogos sobre educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ele pertence. A afirmação de que só há sentido o debate sobre Educação do Campo como parte de uma reflexão maior sobre Projeto desenvolvimento de Campo e de Sociedade (Molina, 2006).

A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação que seja do campo, no campo e para o campo, tendo como pressuposto a construção de processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, articulado ao projeto de desenvolvimento de campo. Essa perspectiva amplia a compreensão de campo para além do espaço de produção agrícola. O campo expressa relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro.

As lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo resultaram na criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ainda em 1998. Em 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu as Diretrizes Operacionais (DO) para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o que se torna o principal instrumento político por parte do Estado Brasileiro, bem como dos próprios movimentos sociais do campo. Registra-se que o Art. 5º das DO, preconiza que as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

A II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo de 2004 trouxe como lema *Educação do Campo – direito nosso e dever do Estado*. Em 2008, o CNE estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica. Somente em 2010, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) gerais para a Educação Básica e na Seção IV, em seus Arts. 35 e 36 tratam da educação do campo.

As reflexões e lutas pela educação do campo proporcionaram o reconhecimento, por parte de grupos vinculados aos movimentos sociais, especialmente dos camponeses, de que um dos grandes desafios para o empoderamento da população que vive do e no campo, consiste no desenvolvimento de projetos que promovam mudanças substanciais de acesso e infra-estrutura da escolarização formal dos sujeitos.

A base da escolarização dos sujeitos do campo deve sustentar-se, sobretudo, na preservação dos valores culturais e da práxis rural, ou seja, as escolas do campo têm o papel político transformador verdadeiramente ligado à práxis, pela reafirmação de políticas pú-

blicas específicas para a população do campo. A escola do campo precisa valorizar os saberes construídos em cada comunidade, mas precisa também ter como foco os saberes necessários a uma cidadania planetária, os saberes que preparam para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena do ser humano, garantindo-lhe o direito de se constituir cidadão que deseja continuar no campo ou não, de ter possibilidade de sobreviver e viver com dignidade a partir dos seus modos de produção de vida, trabalho e cultura (Caldart, 2000).

As escolas situadas no campo devem buscar experimentar e desenvolver ações práticas de educação do campo, através da aproximação dos conhecimentos escolares —interdisciplinaridade— com as práticas sociais do lugar. A aprendizagem se torna mais significativa quando se coloca em prática o que está sendo estudado.

A formação dos sujeitos não poderá ser fragmentada, homogeneizada, particularizada demais. Os sujeitos serão obrigados a reconhecer as complexas relações que engendram a sua vida e a reflexão sobre os conhecimentos que a sustentam em um território epistemológico e social (Caldart, 2000:58).

As políticas públicas voltadas para a educação do campo devem buscar a superação da concepção de educação rural, proclamando a verdadeira democratização da educação pública, do saber que valoriza o espaço do campo na construção de um projeto educacional, trata-se de se efetivar as políticas públicas preconizadas pelos marcos legais.

Nas últimas décadas, a Educação do Campo tem se efetivado diversas ações, entre as quais merecem destaque: a conquista do Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010, do PRONACAMPO¹ e da Lei n° 12.960, de 27 de Março de 2014² —capazes de dar respaldo legal à luta deste movimento; assim como os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a abertura de espaços relevantes no âmbito da produção de conhecimento nas universidades públicas— linhas de pesquisa de mestrado e doutorado em Educação do Campo; Observatórios da Educação do Campo; implementação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo; a ampliação da capacidade de articulação entre os diferentes sujeitos coletivos e as organizações que lutam pela Educação do Campo, com a ampliação dos Fóruns ou Comitês Estaduais de Educação do Campo e as parcerias entre universidades com forte participação e interferência nas políticas públicas.

A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NO ESTADO DO TOCANTINS, BRASIL

O Estado do Tocantins possui um número significativo de povos do campo que lutam pelos seus territórios educativos e pelo direito a educação; os povos quilombolas que lutam pelo reconhecimento dos seus territórios; os povos indígenas que reivindicam o respeito e o direito a diversidade étnicas; os acampados e assentados na luta pela reforma agrária; os sertanejos lutam pelos seus modos de produção de vida e trabalho e resistem no campo contra as ameaças do agronegócio, entre tantos outros povos com suas bandeiras de lutas e saberes diversos.

Os modos de produção de vida, trabalho, cultura e as experiências educativas, dos povos do campo, no estado do Tocantins, se caracterizam pelas tensões, contradições impostas pelo modelo hegemônico de agricultura, o agronegócio, responsável pela expul-

são, exploração e morte dos povos do campo. Em contraposição ao agronegócio, os movimentos sociais e sindicais do campo, têm reagido e resistido em seus territórios educativos na defesa de outro projeto de campo e na luta pelo o direito a educação no/do campo (Nascimento, 2010).

Vale destacar que, no ano de 2012, realizaram-se encontros nas várias regionais do Estado, culminando com a realização de 9 a 10 de julho da *I Conferência Estadual de Educação do Campo: por uma política pública de educação do campo*, com as seguintes proposições: política de Educação do Campo no Estado do Tocantins (SEDUC); política de Educação do Campo dos Municípios do Tocantins (UNDIME); proposta da Universidade Federal do Tocantins para Educação do Campo (UFT) e da Fundação Universidade do Tocantins para Educação do Campo (Unitins); proposta do Instituto Federal do Tocantins para Educação do Campo (UFTO) e do Fórum Estadual de Educação do campo. Posteriormente, a essas propostas, importantes diretrizes estão sendo encaminhadas, como por exemplo, a implementação de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Escolas Quilombolas; a implementação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de Especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Este movimento em nossa sociedade faz-se urgente e necessário uma vez que o agronegócio se torna cada vez mais pujante e é visível a substituição da vegetação da Amazônia ser violentamente substituída por plantações de eucaliptos ou pela formação de usinas e barragens para produção de energia ou destruída para exploração de minérios: numa palavra pelo *agroferronegócio* (FONEC, 2012).

No estado do Tocantins, a distribuição de terras indica a predominância do latifúndio estreitamente vinculado ao agronegócio, que aliado às políticas socioeconômicas promovem a exploração e expulsão dos povos do campo. Este coletivo agricultor familiar, assentados, comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) assim como das demais comunidades rurais, representam um contingente importante da demanda por políticas de educação, na perspectiva do empoderamento para atuar de forma direta e qualificada no desenvolvimento do país.

Acrescenta-se ainda que o Estado do Tocantins apresenta baixos índices de escolarização e as políticas públicas de educação têm ocorrido de forma descontinuada e muitas vezes não atendem à perspectiva dos jovens camponeses, por não considerar o lugar, a cultura e a forma de produção do campo. Os indicadores de analfabetismo³ no Estado do Tocantins atingem 21% da população, enquanto no Brasil este índice é em torno de 15%. Segundo o Relatório de análise ambiental e socioeconômica do Norte do Estado do Tocantins⁴, essa região apresentou um número de analfabetos, entre a população de 10 anos de idade, de 20,7%; uma média entre 17,3% e os 30,4% de populações urbanas e rurais analfabetas.

Ao olharmos os dados percebermos que o Estado do Tocantins ainda tem muito que fazer de modo a atender o que preconiza o Art.1° do decreto 7352/2010 da Presidência da República que dispõe sobre a Educação do Campo e se constitui no pilar estruturante da lei, qual seja: *A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.*

ESCOLAS DO CAMPO OU ESCOLAS NO CAMPO NA REGIÃO SUDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS?

Nos últimos anos, conforme dados do Censo Escolar (INEP/2012), só no Estado do Tocantins 633 escolas do campo foram fechadas. Esta situação requer a institucionalização de medidas referentes ao fechamento das escolas do campo —Alteração da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 28—, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem todas as etapas da educação básica no campo, em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁵.

É neste contexto que emerge o presente estudo no âmbito da Educação dos povos do Campo no Estado do Tocantins, de maneira a mapear e compreender a natureza das experiências educativas em curso, pois ainda há poucos estudos no âmbito dessa temática. Para tanto, estamos desenvolvendo um Programa de Estudos intitulado *Educação Campo e Alternâncias Educativas do Estado do Tocantins*, que tem como objetivo geral analisar a oferta da educação básica nas escolas do campo nos municípios da região sudeste do Tocantins, visando compreender os processos e práticas educativas em curso no Estado.

Este Programa de Estudos tem como propósito a produção de conhecimentos específicos e estruturados sobre a realidade da educação oferecida aos povos do campo no estado do Tocantins, que possui um quantitativo significativo de população que vive do/no campo. Mapear e caracterizar a situação das escolas do campo, as formas de funcionamento e as práticas educativas que visem a emancipação dos sujeitos coletivos do campo, constitui-se importante objeto desta pesquisa. Interessa, portanto, não apenas quantificar a existência das escolas no meio rural, mas identificar, no conjunto, a materialidade educativa da Educação do Campo nos 25 municípios da região sudeste do Tocantins.

A opção da presente pesquisa encontra-se sobretudo, no método qualitativo, mediante a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo com a utilização de grupos focais, questionários, entrevistas semiestruturadas, história oral e análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1995). De acordo com Groulx (2008), a pesquisa qualitativa sugere que não se deve considerar os sujeitos da pesquisa como meros produtos dos fatores sociais, mas como atores em constante aprendizado, que levam em conta as múltiplas significações das experiências vividas, compondo um amplo leque de interpretações individuais possíveis das relações sociais. Para Minayo (1994), a abordagem qualitativa consegue responder a questões particulares e trabalhar com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de indivíduos ou comunidades, correspondendo a uma análise mais aprofundada, tanto das relações como dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operacionalização de variáveis.

A fundamentação da pesquisa integra-se ao caráter exploratório-explicativa, o que, segundo Severino (2011:123), *busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa*. Afirma ainda que *a pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja por meio da aplicação do método experimental/quantitativos, seja por meio da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos*.

Nesta perspectiva, empreendemos uma investigação que busca na fase exploratória da pesquisa mapear a produção teórica existente sobre a educação do campo na região sudeste do Tocantins. Nesse sentido, realizamos na primeira fase da pesquisa exploratória a coleta de dados e informações na qual tivemos como fonte de pesquisa o Banco de Dados do Campus Universitário de Arraias da Universidade Federal do Tocantins. Para tanto, fizemos a opção pelo conjunto de monografias publicadas nos cursos de Pedagogia e Matemática, no período de 2005 a 2013, visando identificar a produção teórica existente acerca da temática da Educação do Campo, bem como analisar as experiências educativas engendradas no meio rural na região.

No que tange a produção teórica analisada identificamos um número significativo de monografias que fazem referência direta ou indireta a temática da Educação do Campo, mas não necessariamente caracterizam experiências educativas na perspectiva do Movimento Nacional da Educação do Campo. Todavia, a produção teórica analisada releva elementos que nos possibilita problematizar a conjuntura da educação destinada aos povos do campo, especialmente, no que diz respeito ao direito a educação dos povos do campo. Majoritariamente, as monografias expressam a negação do direito à educação aos trabalhadores que vivem e sobrevivem no e do campo. No período de 2003 a 2014, 37 mil escolas no meio rural foram fechadas no Brasil, especificamente, no Estado do Tocantins 633 escolas foram extintas (MEC/INEP, 2014). O fechamento das escolas no campo não pode ser compreendido somente pelo viés da educação, mas também pelo fenômeno do *esvaziamento do campo*, consequência do avanço do agronegócio, que tem expandido a monocultura e a concentração de terra, fragilizando a agricultura familiar camponesa.

A produção teórica releva que no estado do Tocantins várias estratégias têm sido utilizadas para fechar as escolas do campo: o não investimento dos recursos necessários; o fechamento contínuo de turmas; a concentração do trabalho docente em apenas um período; a nucleação das escolas; o transporte dos estudantes para as escolas da cidade, buscando legitimar o discurso de que a escola da cidade é melhor. Vale destacar que os dados coletados nas Secretarias de Educação do Tocantins revelam que mesmo em municípios em que a população é eminentemente rural o fechamento das escolas se faz presente. Os dados da Secretaria Municipal de Educação de dois municípios da região sudeste do Tocantins confirmam esse fenômeno.

| MUNICIPIOS | 2000-2015 |
|------------------------|-----------|
| Chapada de Natividade | 24 |
| Conceição do Tocantins | 27 |
| TOTAL | 51 |

> **Tabela 1.** Número de Escolas no Campo fechadas. Fonte: Secretarias Municipais de Educação dos respectivos municípios, 2015.

| MUNICIPIOS | 2015 |
|------------------------|------|
| Chapada de Natividade | 3 |
| Conceição do Tocantins | 2 |
| TOTAL | 05 |

> **Tabela 2.** Número de Escolas no Campo. Fonte: Secretarias Municipais de Educação dos respectivos municípios, 2015.

Esse é um dado importante de ser analisado, pois o fechamento das escolas do campo significa a negação do direito a educação aos povos do campo no lugar onde vivem. Além da falta de escolas no campo, outro fenômeno se faz presente com muita perspicácia é a chamada *nucleação*, quando várias unidades escolares são concentradas numa *escola polo*. O processo de nucleação aflige ainda mais a precarização da educação dos povos do campo, dificultando o processo de aprendizagem, e também não respeitando os modos de produção de vida, trabalho e cultura de inúmeras crianças que passam horas no transporte escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos o movimento Nacional da Educação do Campo tem conquistado espaços na agenda governamental viabilizado coletivamente políticas públicas não subordinadas às determinações do mercado, mas aos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de sua emancipação e considerando a diversidade e especificidades dos povos do campo. Uma educação vinculada aos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva da emancipação humana. Ao longo de duas décadas de existência o movimento Nacional da Educação do Campo conquistou marcos legais que legitimam a universalidade do Direito a Educação desde as suas especificidades, a saber Art.28 da LDB 9394/96; a Resolução N° 02/2008 que estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; o Decreto N° 7352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional da Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma agrária e ainda a Lei N° 12.960/2014 referente ao fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas.

Todavia, os dados disponíveis pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o conjunto de dados do nosso estudo apontam que o fechamento das escolas no campo caracteriza na atualidade um grande desafio.

A despeito desse desafio nossas análises revelam o fechamento das escolas no campo em municípios em que 80% da população resistem e sobrevivem no e do campo. Se por um lado existe um esforço do governo federal em ampliar o transporte escolar rural, o mesmo não tem sido feito para evitar o fechamento das escolas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.; CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (2004) *Por uma educação básica do campo*, Petrópolis: Vozes.
- ARROYO, M.(2007) Políticas de formação de educadores (as) de campo, Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, maio/ago, N° 72, pp. 157-176.
- BARDIN, L. (1995) *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- BRASIL (2002) *Constituição da República Federativa do Brasil: 1988*, Brasília-DF: Câmara dos Deputados.
- BRASIL *Estados brasileiros – Tocantins*. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/estados_to.htm, acesso em: 26.03. 2012.
- BRASIL (2007) *Censo Escolar 2007*, Palmas: SEDUC.
- BRASIL (2003) *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo*, Resolução CNE/ CEB N° 1, de 3 de Abril.

- BRASIL IBGE *Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil*, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1, acesso em 27.03.2012.
- BRASIL *Lei de Diretrizes e Bases da educação*. Lei N° 9394 de 1996.
- BRASIL *Indicadores Demográficos e Educacionais*, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8866&Itemid=&systemas=1, acessado em 15.12.2008.
- BRASIL *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB*, disponível em <http://ideb.inep.gov.br/Site/>, acessado em 15.12.2008.
- BRASIL (2002) *Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento*, Goiânia: Fragmentos de Cultura/UCG-IFITEG, v. 12 N° 3, maio/junho, pp. 453-469.
- BRASIL (2004) *Declaração Final da II Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*. Luziânia, GO (mimeo).
- CALDART, R. S. (2000) *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- CONFERÊNCIA (1998) *Declaração Final da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*. Luziânia, GO (mimeo).
- FERNANDES, B. M. (2004) Diretrizes de uma caminhada, In: Arroyo, M. G.; Caldart, R. S.; Molina, M. C., *Por Uma educação do campo* (Orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes.
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC) (2012) *Notas para análise do momento atual da Educação do Campo Seminário Nacional*, Brasília, DF.
- GOVERNO DO TOCANTINS (2007) *Plano Estadual de Educação*. Palmas: SEDUC.
- GROULX, L. (2008) Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social, In: Poupart, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- INEP *Panorama da Educação do Campo*, disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B083E122B-1D74-4137-B057-4A50A55535C0%7D_Miolo_PANORAMA_DA_EDUCACAO_DO_CAMPO.pdf, acessado em 15.12.2008.
- KOLLING, E. J., NERY, I. J., MOLINA, M. C. (Orgs.) (1999) *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*, Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, N° 1. Brasília: UnB.
- MINAYO, M. C .S. (1994) *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2ª edição, São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- MOLINA, M. C. (org.) (2006) *Educação do Campo e Pesquisa*, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- MUNARIM, A. (2006) Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais, In: MOLINA, M. C., *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*, Brasília/MDA.

- NASCIMENTO, C. G. (2002) *Pedagogia da Resistência: alternativa de educação para o meio rural*, Guarapari: Editora Ex-Libris.
- NASCIMENTO, C. G., CARVALHO, R. A., MEDEIROS, E. C., SALES, S. S., PIMENTA, A. R. (2010) Educação do Campo: leituras filosóficas, políticas e práticas educativas, In: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), 2010, Belo Horizonte, Anais do XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente - políticas e práticas educacionais, Belo Horizonte: UFMG.
- SEVERINO, A. J. (2011) *Metodologia do Trabalho Científico*, 23ª ed., São Paulo: Cortez.
- SOARES, E. A. (2002) *Relatório das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo*, Resolução CNE/ CEB N° 1, de 3 de Abril de 2002, pp. 3-38.
- SOUZA DE, M. A. (2006) *Educação do Campo: propostas práticas pedagógicas do MST*, Petrópolis: Vozes.

NOTAS

- 1 O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) é uma ação do Governo Federal resultado da mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de política nacional de educação do campo, com apoio do MEC.
- 2 Altera a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.
- 3 Secretaria de Planejamento do Estado, a partir de dados de 2004.
- 4 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Projeto de Gestão ambiental integrada da região do Bico do Papagaio. Zoneamento ecológico – econômico (ZEE). Análise ambiental e socioeconômica do Norte do Estado do Tocantins. Org. Vitor Bellia e Ricardo Ribeiro Dias. Palmas, SEPLAN/DZE, 2004: 245 e 246.
- 5 Parecer CNE/CEB N° 36/2001 – MEC.

§